



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 33

TERÇA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

## Sumário

### PÁGINA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	1089
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	1116
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	1132
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR .....	1138
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO .....	1138
EDITAIS E AVISOS .....	1141

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### ÍNDICE DE ADVOGADOS

ANTÔNIO CARLOS DE BRITO	1 0004501-0/240
CARLOS ALBERTO FIGUEIRA	1 0000351-5/190
GERALDO CAMPUS	1 0000444-1/600

#### DISTRIBUIÇÃO

SETHIMA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 1991. PRESIDENTE O EXMO. SR. MINISTRO NERI DA SILVEIRA (ART. 66 RISTF).

ÀS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

RCL 0000350-7/190 DE  
RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI  
RCLTE : PROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA  
RCLDO : JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 18A. VARA DA SEÇÃO JUDICIARIA DO RIO DE JANEIRO

RCL 0000351-5/190 DE  
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
RCLTE : ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE RONDONIA - AMPRO  
ADV. : CARLOS ALBERTO FIGUEIRA E OUTRO  
RCLDO : GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDONIA  
DISTRIBUIDO POR PREVENCAO

SE 0004501-0/240 DE  
REQTE : MARIO DANIEL GWYNKAS  
REQTE : ANITA LITMANOWICZ  
ADV. : ANTONIO CARLOS DE BRITO  
REQDO : OS MESMOS  
REGISTRADO

ADIN 0000444-1/600 DE  
RELATOR : MIN. MOREIRA ALVES  
REQTE : CONFEDERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL  
ADV. : GERALDO CAMPUS E OUTROS  
REQDO : PRESIDENTE DA REPUBLICA  
REQDO : CONGRESSO NACIONAL  
DISTRIBUIDO POR PREVENCAO

MINISTRO	REGISTR.	DTSTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	1			1
MIN. MOREIRA ALVES		1		1
MIN. OCTAVIO GALLOTTI		1		1
MIN. CELSO DE MELLO		1		1
TOTAL	1	3		4

Brasília, 15 de fevereiro de 1991.

JOSÉ ALFREDO MARTINEZ DA SILVA  
Diretor de Departamento Judiciário

MINISTRO NERI DA SILVEIRA  
Presidente

### Plenário

ATA DA 7a. (SÉTIMA) SESSÃO SOLENE  
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1989

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Presentes os Senhores Ministros Moreira Alves, Aldir Passarinho, Francisco Rezek, Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Carlos Madeira, Célso Borja, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence e Celso de Mello.

Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.

Secretário, o Dr. Maurício Maranhão-Aguiar, Diretor-Geral.

Abriu-se a sessão às dezesseis horas.

#### CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

O SR. MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (PRESIDENTE) - Declaro a berta a Sessão Solene do Supremo Tribunal Federal, especialmente convocada para comemorar o Centenário da Proclamação da República.

Registro as honrosas presenças de S. Exa. o Sr. Ministro da Cultura, Dr. José Aparecido de Oliveira, que representa nesta solenidade Sua Excelência o Senhor Presidente da República; a presença de S. Exa. o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Nelson Carneiro; de S. Exa. Revm. D. Carlo Furno - Nuncio Apostólico e Decano do Corpo Diplomático; dos Srs. Embaixadores da Espanha, da Austrália, do Paraguai, da Guiana e representante do Sr. Embaixador da China; de S. Exa. Revm. D. José Freire Falcão, Cardeal Arcebispo de Brasília; de Ministros de Estado e Parlamentares; de Presidentes e Ministros dos Tribunais Superiores; de Desembargadores dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal, de Goiás e do Rio Grande do Norte; de Juizes do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Registro, também, a presença dos Srs. Subprocuradores-Gerais da República, de Membros da Magistratura, do Ministério Público, do ilustre Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Ophir Filgueiras Cavalcanti, e de ilustres Advogados, bem assim de Membros da Comissão Constitucional para as Comemorações do Centenário da República.

Para falar em nome do Tribunal, concedo a palavra ao ilustre Ministro Paulo Brossard.

O SR. MINISTRO PAULO BROSSARD - Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Ministro José Aparecido de Oliveira, representante de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Senhor Senador Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, Senhor Nuncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático, Senhores Embaixadores, Eminência Reverendíssima D. José Falcão, Senhores Ministros de Estado e Senhores Parlamentares - Senadores e Deputados - Senhores Magistrados e Membros do Ministério Público, Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Senhores Membros da Comissão do Centenário da República, minhas senhores e meus senhores.

A respeito da proclamação da República, talvez ninguém tenha dito tanto em tão poucas palavras como Aristides Lobo - "o povo



assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava". É que ninguém a esperava. O Partido Republicano era numericamente pequeno, embora estivesse em expansão, em algumas províncias. Enquanto o velho Imperador vivesse, não se concebia a queda do Império, hipótese admitida quando do 3º Reinado, especialmente pela pouca simpatia de que gozava o Conde d'Eu.

O fato é que três ou quatro dias de conspiração, uma traição aqui, dois ou três boatos saltos, e um dispêndio colocado sobre um cavalo, deram por terra a monarquia, associada à sorte do Brasil desde o nascimento da nacionalidade, especialmente desde a Independência. É claro, não faltou a lembrança de uma saia para motivar a adesão de Deodoro.

É preciso convir, porém, que o país vinha experimentando a cada sucessivos, nem sempre bem avaliados em sua extensão e profundidade.

Fazia 15 meses, fora abolida a escravidão. As flores jogadas sobre o plenário da Cadeia Velha ainda não tinham murchado e José do Patrocínio, que se lançara de joelhos diante da Regente, mal se levantara no Paço da Cidade, e começava a alastrar-se um ressentimento profundo contra a Coroa. A sorte da monarquia passava a despertar os antigos proprietários de escravos. E estes não eram poucos. Em 1887 seriam 723.500 os escravos, valendo 1 milhão de contos de réis, que, em algumas horas, foram subtraídos à fortuna dos proprietários.

E os fatos vieram a mostrar que João Maurício Wanderley não era um visionário...

A questão militar foi outra causa a perturbar a economia interna das instituições. Dela recolho um fato ilustrativo.

Em 14 de maio de 1887, o Marechal Câmara, Visconde de Pelotas, Senador pelo Partido Liberal, e Deodoro, ligado ao Partido Conservador, divulgaram manifesto que o primeiro leu no Senado; era um ultimatum ao governo de Cotegeipe.

O Senador Silveira Martins viu com clareza a gravidade do caso; não obstante ser adversário do Governo, deu a este um alvitre para que saísse da delicada situação, cujas consequências pesou e mediu. O gabinete atenderia a um convite do Senado, não à intimação dos generais. Vale a pena repetir-lhe as palavras:

"A crise que os nobres Senadores denunciaram, se existe, não é de ministério, é de governo, não é de partido, é de instituições. Resolvida ela, o Ministério poderá ser naturalmente substituído por outro, como tem sucedido até hoje, sem abalo social; derruba do o ministério por um pronunciamento militar, que partido assumirá o poder apoiado nas baionetas dos soldados?"

"Um ministério conservador? Seria impossível: pela tropa teria sido derrocado não o Ministério do Barão de Cotegeipe, mas o Partido Conservador, que o sustenta. Um ministério liberal? Impossível: o liberalismo apóia-se na opinião pública espontânea e esclarecida; não assalta o poder por pronunciamentos militares.

"O Governo seria em qualquer hipótese uma usurpação, que as províncias não reconheceriam, e em vez da ordem que tem até hoje dominado, no Império começaria o reinado da anarquia.

"São estas, Senhores, as razões ponderosas que fundamentam a indicação que mandei à Mesa.

"O Senado, como grande conselheiro da Coroa e do Governo, oferece a este saída airosa, sem quebra do princípio da autoridade. Se outro alvitre, seja de quem for, melhor resolver a questão, não duvidarei dar-lhe o meu voto. No mais, continuarei, como até aqui, a dar ao Governo o apoio da minha mais decidida oposição".

Com sua proverbial sagacidade, Cotegeipe radiografou a situação:

"O governo cedeu com arranhões em sua dignidade; eu saio arranhado, o meu sucessor cairá na lama e o terceiro na ponta das baionetas".

Bem antes, a questão religiosa trancara os esteios do regime. Basta dizer que o Bispo do Rio de Janeiro, capelão-mor da Casa Imperial, não teve o menor sentimento de simpatia para com a família imperial, no momento de sua queda.

A questão religiosa, a questão militar, a questão servil, foram como que hemorragias internas, que sucessivamente anemizaram o organismo monárquico mais do que parecera à época.

Impressiona, de outro lado, o ceticismo que foi tomando conta da sociedade. Joaquim Nabuco observou que era preciso mais coragem para alguém dizer-se monarquista que para proclamar-se republicano.

O fato é que, silenciosamente, o Império caiu, ao cabo de uma jornada pelas ruas do Rio. Sangue derramado só o do Ministro da Marinha, o Barão de Ladário, que sofreu ferimento leve. "Viva o Imperador" mal se ouviu um, na rua do Ouvidor, tão fraca estava a voz do Barão de Tautphoeus, bávaro de nascimento e insigne professor de humanidades, a quem Joaquim Nabuco dedicou um capítulo de "Minha Formação".

Nos primeiros tempos não faltou uma dose de ingenuidade, que, por vezes, chegou à candura. Dou dois exemplos em planos distintos. A solução dada pelo patriarca da propaganda republicana, o Ministro do Exterior Quintino Bocaiuva, ao problema das Missões é um deles. Indo a Buenos Aires, firmou tratado dividindo com a Argentina, irremediavelmente, o território questionado. O instinto da nacionalidade, porém, reagiu com insuspeitada energia e impressionante uniformidade. A questão, pouco depois submetida ao arbitramento do Presidente dos Estados Unidos, veio a ensejar a primeira das vitórias de Rio Branco, com o reconhecimento integral do direito do Brasil ao território litigioso. A outra pode ser encontrada no Decreto 848, de 11 de outubro de 1890. Pelo seu artigo 386, o common law e a equity passavam a ser subsidiárias do processo federal, o que teria sido um divórcio com as fontes do nosso Direito, se a norma legal não tivesse permanecido na mais rigorosa virgindade, até o seu total esquecimento. Vale reproduzir o preceito:

"Art. 386. Constituirão legislação subsidiária em casos omissos as antigas leis do processo criminal, civil e comercial, não sendo contrárias às disposições e espírito do presente decreto.

"Os estatutos dos povos cultos e especialmente os que regem as relações jurídicas na República dos Estados Unidos da América do Norte, os casos do common law e equity, serão também subsidiários da jurisprudência e processo federal".

Mal apreciaria os fatos, porém, quem se contentasse em ver a superfície dos acontecimentos. Em verdade, estava começando uma espécie de terremoto que iria durar dez anos, durante os quais o Brasil seria sacudido de norte a sul, ainda que os pontos agudos se localizassem no Rio, com a Revolta da Armada, e no Rio Grande do Sul, com a Revolução Federalista. Em ambos os episódios, a crueldade extenuou-se em cenas inacreditáveis para quem tivesse vivido no Brasil imperial, afeito à tolerância e ao respeito às liberdades públicas, a ponto de mudar o gabinete em virtude da repressão à "revolta do vintém", conseqüente ao aumento da tarifa dos transportes urbanos.

O eco longínquo desse terremoto mais de uma vez se fez ouvir no nascente Supremo Tribunal Federal, instalado, quatro dias depois de promulgada a Constituição, em um prédio da rua do Lavradio, no qual também funcionava a Relação e onde não havia lugar sequer para os Ministros guardarem os papéis.

Menos de nove meses depois de promulgada a Constituição de 24 de fevereiro, o Presidente da República dissolveu o Congresso.

O tempo não tardava em dar razão a jovem deputado riograndense que, na eleição de 25 de fevereiro, negara seu voto a Deodoro. Era Assis Brasil. Eis uma passagem do seu voto:

"Declaro que não votei no Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca para Presidente da República.

"Pessoalmente, eu lhe devo provas de afeto e de distinções muito acima do meu merecimento.

"Patriota e antigo propagandista da República Federativa, devo-lhe imensa gratidão, por haver contribuído decisivamente para a definitiva destruição da Monarquia.

"Estes sentimentos, porém, não me tiram a razão a sua natural serenidade e inteireza para reconhecer, auxiliado pela observação



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Imprensa Nacional

SIG — Quadra 6, Lote 800 — 70604 — Brasília/DF  
Telefones: (PABX) (061) 321-5566 Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA — Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 11.814,00	Cr\$ 5.808,00	Cr\$ 21.384,00	Cr\$ 11.814,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.



nistro José Carlos da Fonseca tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso. Pelo recorrente falou o doutor Ivo Evangelista de Ávila. Pelo recorrido falou a doutora Paula Frassinette Viana Atta.

PROCESSO - RR - 7688/90.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, sendo Recorrentes Rionorte Hotelaria S. A. NORTEL e Francisco de Assis Freitas Amorim e Recorridos Os Mesmos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão tendo a Turma resolvido, por unanimidade, rejeitar a preliminar de in tempestividade do recurso do Reclamante, argüida pela d. Procuradoria-Geral e não conhecer do recurso com supedâneo nos Enunciados 208, 221 e 257, desta Corte. Por unanimidade, conhecer do recurso da Reclamada e dar-lhe provimento, para, afastada a deserção, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que profira novo julgamento do Recurso Ordinário, como entender de direito. A Presidência da Turma deferiu juntada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do Recorrente no prazo legal. Pela Reclamada 7 Recorrente falou a doutora Regilene Santos do Nascimento.

PROCESSO - AI - 2495/89.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo Agravante Aymar de Oliveira Bartholo e Agravado Banco do Brasil S.A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto Pinto tendo a Turma resolvido, por unanimidade, chamar o processo à ordem para, dar provimento ao agravo de instrumento, a fim de que seja processada a revista, para melhor exame, prejudicados os demais recursos existentes, inclusive os Embargos Declaratórios.

PROCESSO - RR - 5870/90.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Recorrente Banco Chase Manhattan S.A. e Recorridos José Roberto Cerqueira Dantas e Outros. Foi Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca tendo a Turma resolvido, por unanimidade, rejeitar a preliminar de deserção, argüida em contra-razões, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento. Pelo Recorrente falou o doutor Victor Russomano Júnior. Pelo Recorrido falou a doutora Paula Frassinette Viana Atta.

PROCESSO - RR - 5460/90.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo Recorrente Companhia Paranaense de Energia - COPEL e Recorrido Paulino Florentino de Mello. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto Pinto tendo a Turma resolvido, por maioria, não conhecer do recurso, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, relator. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto Pinto. Impedido o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão. Pelo recorrente falou o doutor Roberto Caldas Alvim de Oliveira.

PROCESSO - RR - 0622/85.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente AGROSERVE - Serviços Agrícolas Ltda e Recorridos Luiz Balivo e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso. Pelo Recorrido falou a doutora Letícia Barbosa Alvetti.

PROCESSO - RR - 7476/86.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Indústria Elétrica Brown Boveri S. A. e Recorrido Nelson da Cruz. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto Pinto tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau.

PROCESSO - RR - 1240/89.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo Recorrente Banco Itaú S. A. e Recorrido Carlos Alberto Miranda de Paula. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para de terminar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que julgue o Recurso Ordinário do Reclamado, como entender de direito.

PROCESSO - RR - 3000/89.3 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Recorrente PROSINA - Clínica Médica Infantil Ltda e Recorrida Sylvia Maria Foureux Fabbis. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à ofensa ao art. 12 da Lei nº 3.999/61. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto à contrariedade ao Enunciado 228 e dar-lhe provimento para determinar que o cálculo do adicional de insalubridade seja feito sobre o valor do salário mínimo, na forma do Enunciado 228.

PROCESSO - RR - 1138/87.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Piracicaba e Recorrida Caixa Econômica do Estado de São Paulo S. A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão tendo a Turma resolvido, por unanimidade, dar provimento ao recurso para, reformando as decisões providas, determinar o retorno dos autos a M.M. Junta de Conciliação e Julgamento de origem, para que julgue o pedido de diferenças de horas extras e os reflexos pleiteados, como entender de direito, afastada a ilegitimidade ativa do Sindicato.

PROCESSO - RR - 11241/90.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo Recorrentes Marcelo Farias Barreto e Outros e Recorrida Organizações Ted de Serviços Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, reformando a decisão recorrida, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que prossiga no exame do Recurso Ordinário do Reclamante, afastada a deserção.

PROCESSO - RR - 2869/89.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente De Meo Comercial Importadora e Cássia Batista de Oliveira e Recorridos Os Mesmos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso da Reclamada. Por unanimidade, não conhecer do recurso adesivo da Reclamante, porque prejudicado, e ainda por inexistir assinatura do advogado nas razões recursais.

PROCESSO - RR - 2877/89.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTC e Recorrido Ildebrando Dantas da Silva Júnior. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 2456/89.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Recorrente Usina Estrelina Ltda (Liticonsorte) e Recorrido Amaro Vicente dos Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

PROCESSO - AI - 4726/89.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravantes SMC - Associação

dos Ltda e Outra. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO - RR - 4725/89.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Agravantes HASPA - Habitação São Paulo S.A. de Crédito Imobiliário e Outra. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO - RR - 3460/89.3 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Haspa S.A. de Capitalização e Recorridos Osvaldo Boccato Bertoni e Haspa Habitação São Paulo de Crédito Imobiliário e outras. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5783/89.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sendo Recorrente Usina São José S. A. e Recorrido José Pedro da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento.

PROCESSO - RR - 6106/90.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Marcia Antonia Albertini e Recorrida Octa Empreendimentos Administração e Incorporação Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 8110/90.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo Recorrente Roberto de Araújo Python e Recorrido Banco do Brasil S. A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 12237/90.9 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo Recorrente UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. e Recorrido Elias Jamil Demetrio. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 13445/90.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo Recorrente Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS e Recorridos Aécio Batista de Jesus e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - ED - RR - 1746/89.2 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargante Vanderlirio Paulino de Souza e Embargado Banco Real S. A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios.

PROCESSO - AG - RR - 5470/90.4 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo Agravante Geraldo Custódio Silva e Agravado Banco Bandeirantes S.A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

PROCESSO - AG - RR - 815/89.3 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo Agravante Banco do Brasil S. A. e Agravado Aderson Medeiros Ferro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

PROCESSO - ED - RR - 4503/88.1 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargante Olísio Veiga da Rocha e Embargada Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher os presentes embargos declaratórios para declarar a não incidência do art. 7º XXIX, "a", da Constituição Federal de 88 à hipótese e, dando efeito modificativo ao julgado, conhecer do recurso quanto à preliminar de nulidade do v. acórdão regional pelas apontadas violações legais e constitucionais para, anulando em parte a decisão revisanda, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que profira julgamento no que pertine ao pedido de deferência de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço decorrentes de recolhimentos insuficientes sobre parcelas salariais efetivamente pagas nas épocas próprias, como entender de direito.

PROCESSO - AI - 3169/87.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, sendo Agravante Rede Ferroviária Federal S. A. e Agravados Wilson Bispo do Carmo e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do agravo de instrumento.

PROCESSO - ED - RR - 8970/85.7 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargante Humberto Silva Frias e Embargada Sociedade Esportiva Palmeiras. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO - ED - RR - 4967/88.9 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargante Mineração Morro Velho S. A. e Embargado Edmo Felipe Rodrigues. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher os embargos declaratórios nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO - ED - RR - 5842/88.8 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargantes Estado de Minas Gerais e Prodam Processamento Bancário de Minas Gerais S. A. e Embargados Iara do Rosário Mesquita e Banco do Estado de Minas Gerais S. A. e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO - ED - RR - 1890/89.9 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, Opostos a Decisão da Egrégia Turma Especial, sendo Embargantes Aloísio Ribeiro Franca e Outros e Embargada VARIG S. A. - Viação Aérea Riograndense. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher os embargos declaratórios, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

PROCESSO - RR - 7702/90.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo Recorrente Wilson da Silva Paula e Recorrido Equipamentos Villares S. A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hêlio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso, mas negar-lhe provimento. Às doze horas e trinta minutos, encerrou-se a Sessão esgotando-se a pauta, e, para constar, eu, JUAN CURY AGUIAR - Diretora de Serviço da Secretaria da Segunda Turma, lavrei a presente



ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel-Presidente, e por mim subscrita aos treze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Presidente

JUHAN CURY AGUIAR  
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma  
Responsável pela Turma Especial

Proc. nº TST-AG-RR-5709/88.2

Recorrente : CERVEJARIA DE BRASÍLIA S/A - CEBRASA  
Advogado : Dr. Roberto Caldas Alvim de Oliveira  
Recorrido : DIVINO MACEDO DE MENDONÇA  
Advogado : Dr. Carlos B. Heller  
TRT : 10ª Região

#### DESPACHO

Os fundamentos trazidos pela agravante levam-me a reconsiderar o despacho de fls. 185, a fim de que seja apreciado o recurso de re vista.

Após tal procedimento, remeta os autos a d. Procuradoria para que emita parecer sobre o mérito da controvérsia.

Em seguida voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 05 de dezembro de 1990.

MINISTRO HÉLIO REGATO  
Relator

## Superior Tribunal Militar

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 007 - PROCESSOS POSTOS EM MESA

CORREÇÃO PARCIAL nº 1.391-4 - Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. Adv Dr Edgar Leite dos Santos.

## Ministério Público da União

### Ministério Público Federal

### Procuradoria Geral da República

### Procuradoria da República em Sergipe

PORTARIA Nº 03, DE 08 DE FEVEREIRO DE 1991

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 104, de 26 de março de 1982, do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República, resolve

Designar Dra. GICELMA SANTOS DO NASCIMENTO, Procuradora da República de 1ª Categoria, para acompanhar a Inspeção dos serviços a cargo da Secretaria da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária deste Estado, no período de 18 a 22 de fevereiro do corrente ano, no horário das 14:00 às 18:00 horas.

FLORISMUNDO VIEIRA DE ANDRADE

## Complete sua coleção

Adquira volumes avulsos das revistas editadas pela Imprensa Nacional

- |  |             |
|--|-------------|
| • Coleção das Leis da República Federativa do Brasil | 1950 a 1989 |
| • Ementário de Jurisprudência do TFR                 | 1979 a 1988 |
| • Jurisprudência Trabalhista do TST                  | 1981 a 1989 |
| • Revista do Tribunal Federal de Recursos            | 1974 a 1989 |
| • Revista Trimestral de Jurisprudência do STF        | 1957 a 1989 |

## Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Regional do Trabalho

#### 2ª Região

Relação Processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres  
Guia de remessa nº 13/91

#### AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc.: 02900127194	Parecer 606/90
Agravante	Banco Auxiliar S/A
Advogado	Carlos Henrique Moreira
Agravado	Alzira Marchi
Advogado	Edivete Maria Boareto Belotto
Proc.: 02900162712	Parecer 631/90
Agravante	Sind Empreg Hoteleiro Stos Sv Gja Cub PG
Advogado	Wilson de Oliveira
Agravado	Luiz Mocarzel
Advogado	Evelin de Cassia Mocarzel
Proc.: 02900163310	Parecer 464/90 - ( com 2 volumes )
Agravante	Allied Van Lines Transportes Ltda
Advogado	Paulo José Bernardo
Agravado	Zeti Alves Ferreira
Advogada	Luciana Regina Eugenio
Proc.: 02900163336	Parecer 465/90
Agravante	Evanilda Consentino
Advogado	Maria Lucia Cintra
Agravado	WS Negocios e Participações S/C Ltda
Advogado	João Hugo da Silva
Proc.: 02900164260	Parecer 469/90
Agravante	Christian Gray Cosméticos Ltda
Advogado	Onofre Malaquias Pereira
Agravado	Maria Aparecida Neves
Advogado	Debora Monteiro Lopes
Proc.: 02900165690	Parecer 478/90
Agravante	Recuperadora de Pneus Brasília Ltda
Advogado	Lais A Zarajczyk Pindanga
Agravado	Sebastião Maria de Oliveira
Advogado	Darmy Mendonça
Proc.: 02900165819	Parecer 479/90
Agravante	Galeria e Pizzaria Tino Ltda
Advogado	Marcio Lemos Fioratti
Agravado	Maimundo Rodrigues da Silva
Advogado	José Taleb Filho
Proc.: 02900170960	Parecer 487/90
Agravante	Zoerc Empreiteira de Mão de Obra Ltda
Advogado	Pedro Giavoni
Agravado	Ismael Sobral Filho
Advogado	Elias Jorge Djouayed
Proc.: 02900171002	Parecer 488/90
Agravante	Terézinha Neves de Carvalho Santos
Advogado	Didia Carepa da Costa
Agravado	Oculos Globos Ltda
Advogado	Adolpho Husek
Proc.: 02900171010	Parecer 489/90
Agravante	Poliplan Projetos e Construções Ltda
Advogado	Edison Rodrigues Lourenço
Agravado	Roque Francisco dos Santos
Advogado	Ademir Garcia
Proc.: 02900171266	Parecer 490/90
Agravante	Edes de Lourdes Dias Perei4a dos Santos
Advogado	Marcos Schwartzman
Agravado	Tecelagem Tania Ltda
Advogado	Argemiro Gomes
Proc.: 02900171932	Parecer 491/90
Agravante	Inds Matarazzo de Oleos e Derivados S/A
Advogado	Euclydes José Marchi Mendonça
Agravado	Atanagilda da Costa Pereira
Advogado	Devanir Jesus Lavorenti
Proc.: 02900172092	Parecer 492/90 - ( com 2 volumes )
Agravante	Prefeitura Municipal de Suzano
Advogado	Nelson Tadanori Harada
Agravado	Wilson Verlangieri
Advogado	Cícero Osmar da Ros
Proc.: 02900172319	Parecer 493/90
Agravante	Orion S/A
Advogado	José Carlos Viana